

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ÚNICO DO MEIO
AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte (06/05/2020), às quatorze horas e trinta minutos em primeira convocação e às quinze horas em segunda convocação, na sala virtual via plataforma de Videoconferência Cisco Webex Meeting, ocorreu a (25ª) vigésima quinta reunião extraordinária do Conselho de Administração do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal – (CAF/Funam-DF), sob a seguinte pauta: Item 1: Projeto Recuperação de Danos às APPs da Orla do Lago Paranoá (Termo de Colaboração 001/2019); 1.1 - Apresentação dos novos membros das Comissões de Gestão da Parceria e Monitoramento e Avaliação - que irão acompanhar a execução do projeto, Portarias 14 e 15 de 13 de abril de 2020; 1.2 - Apresentação do Diagnóstico Ambiental da Orla pelo Instituto Rede Terra; 1.3 - Impactos da Pandemia do COVID 19 na execução do projeto; 2. Alocação de mais recursos (no limite de 25%, permitido legalmente), com a finalidade de ampliar áreas recuperadas no Lago Sul; 2.1 - Aditivo ao Termo de Colaboração n.º. 001/2019. Fizeram-se presentes: Sra. MÁRCIA FERNANDES COURA, Subsecretária de Assuntos Estratégicos da Sema/DF, e Vice-Presidente do CAF/FUNAM; Sr. CLÁUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, Presidente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM; CARCIUS AZEVEDO DOS SANTOS, Gestor Ambiental, com mestrado em História Ambiental; Representando o segmento ambiental com atuação no Distrito Federal: Sra. MARIA CONSOLACION FERNANDEZ VILLAFANE UDRY, Instituto Oca do Sol, Conselheira Titular; Sra. ROBERTA MARIA COSTA E LIMA, do Centro Universitário IESB, Suplente; Sra. LUCIANA DE MENDONÇA GALVÃO, da Universidade Católica de Brasília (UCB), Conselheira Titular, e o Sr. IRACILDE TITAN LIMA E SILVA, Gestor Ambiental, especialista em Gestão de Recurso Hídricos, Saneamento Ambiental e Inovação. Sra. MARÍLIA MARRECO SERQUEIRA, Secretária Adjunta de Estado de Meio Ambiente do Distrito Federal; Sra. MARIANA COSTA, Assessora Especial da SEMA/DF; Sra. MARICLEIDE MAIA SAID, Diretora de Colegiados e Fundos - DICOL; Sra. CAROLINA LEITE QUEIROGA SCHUBART, Assessora Técnica SEMA/GAB; Sr. DÁLIO RIBEIRO DE MENDONÇA FILHO, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; Sra. FLÁVIA STELA GONÇALVES VIEIRA, Coordenadora Geral da Rede Terra; Sr. MIGUEL MARINHO VIEIRA BRANDÃO, Coordenação Geral do Projeto de recuperação da orla do Lago Paranoá; Sr. RICARDO FLORES HAIDAR, Coordenação Técnica do Projeto de recuperação da orla do Lago Paranoá; Sr. LEONARDO NIJELSCHI CALIXTO GONÇALVES, Assessoria Jurídica do Projeto de recuperação da orla do Lago Paranoá; Sr. GEORGE ALEX JAIME MELO, Coordenação de plantio do Projeto de recuperação da orla do Lago Paranoá; Sr. LEONEL GENEROSO GRAÇA, SEMA/DF; Sr. ALISSON NEVES, IBRAM; Sra. JULIANA CASTRO e Sra. REJANE PIERATTI. Secretariando a reunião estiveram presentes: a Sra. FLÁVIA ILÍADA FURTADO COELHO DE OLIVEIRA, Chefe da Assessoria

da SEMA/SUEST; o Sr. ADEMAR LEAL SOARES, Coordenador de Colegiados e Fundos da SEMA/CCOF; o Sr. PEDRO ROGÉRIO CARDOSO PARENTE DE MESQUITA, Diretor do Funam. Dando continuidade a reunião e ao constatar o quórum mínimo, a Sra. MÁRCIA FERNANDES COURA agradeceu a presença de todos e falou sobre as mudanças na SUEST conforme, anunciado na 15ª Reunião Ordinária, depois solicitou a Sra. FLÁVIA ILÍADA, Chefe da Assessoria, que fossem lidas as portarias que designam os membros das comissões que irão acompanhar a execução do projeto Orla, e assim foi feito. Prosseguiu-se a leitura da portaria nº 14, de 15 de abril de 2020 que institui a Comissão de Monitoramento e Avaliação, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA-DF), nos termos do Decreto Distrital nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para acompanhamento da parceria celebrada com Organizações da Sociedade Civil - Instituto Rede Terra, mediante Termo de Colaboração, cujo objeto envolve ações de recuperação de áreas degradadas e danos ambientais nas APPs da Orla do Lago Paranoá. A comissão de Monitoramento e Avaliação é composta pela Sra. MARICLEIDE MAIA SAID - Diretora de Colegiados e Fundos – DICOL/SUEST/SEMA e pela Sra. CAROLINA LEITE QUEIROGA SCHUBART, Assessora Técnica da SEMA/DF. Também foi lida a Portaria nº 15, de 13 de abril de 2020 que Institui a Comissão de Gestão da Parceria, no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal (SEMA-DF), nos mesmos termos acima citados para acompanhamento e fiscalização da parceria celebrada com Organizações da Sociedade Civil - Instituto Rede Terra, mediante Termo de Colaboração, cujo objeto envolve ações de recuperação de áreas degradadas e danos ambientais nas APPs da Orla do Lago Paranoá, com os seguintes membros: FLÁVIA ILÍADA FURTADO COELHO DE OLIVEIRA, Chefe da Assessoria Especial - SUEST/SEMA; DALIO RIBEIRO DE MENDONÇA FILHO, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - SUGARS e ADEMAR LEAL SOARES, Coordenador de Colegiados e Fundos – CCOF/SUEST. Continuando a pauta, a Sra. MÁRCIA COURA, passou a palavra ao Sr. RICARDO FLORES HAIDAR, Coordenador Técnico do projeto Orla, que passou a apresentar o Diagnóstico da área e a indicação dos 65 hectares para as ações de recuperação da Orla do Lago Paranoá e suas áreas de influência direta. Falou que o Instituto Rede Terra, organização da sociedade civil, fundada em 1998, tem sua causa definida na contribuição com o desenvolvimento sustentável nos territórios onde atua. Salientou que o objetivo do Diagnóstico de Áreas Degradadas é identificar todas as áreas passíveis de recuperação, dentre as APPs, Unidades de Conservação e áreas públicas, nas cinco áreas definidas no Edital de Chamamento Público Nº 01/2019 (Funam/DF – Demanda induzida), e por fim, elencar e selecionar as áreas prioritárias, totalizando o mínimo de 65 hectares, para aplicar as ações e medidas de recuperação e manejo da vegetação nativa. Entre os cinco trechos prioritários para diagnóstico foram demarcados trinta e três polígonos, que apresentaram cobertura vegetal degradada ou alterada, definidos através da resposta espectral das imagens de satélite. Foram realizadas vistorias in loco em todos os polígonos com possibilidades de acesso, para caracterizar detalhadamente a cobertura e uso

do solo, o tamanho e tipo de terreno, a vegetação e as espécies mais frequentes da flora, além de obter diretrizes iniciais e soluções para proposições de recuperação da flora nativa de cada polígono. Os 33 polígonos selecionados representam um total de 321,66 hectares de áreas degradadas, com variação de tamanho individual das áreas entre 0,84 hectares do Parque Ecológico Ermida Dom Bosco e 114,69 hectares da Área de Refúgio de Vida Silvestre do Riacho Fundo. A maior semelhança na cobertura vegetal dos polígonos é a presença frequente de capins exóticos reconhecidos como invasores biológicos que inibem o crescimento de árvores, arbustos e gramíneas nativas e potencializam a intensidade e frequência de incêndios nos remanescentes de vegetação nativa e áreas urbanas. Alguns dos polígonos selecionados estão em áreas com projeções futuras de uso indefinidas. Essas áreas, apesar da importância em relação aos critérios adotados, não serão contempladas com ações de recuperação da cobertura vegetal através dos recursos do Termo de Colaboração neste Projeto. Verifica-se que as prioridades para ações de recuperação se dão para os polígonos inseridos na Arie Riacho Fundo, 20 e 18, que totalizam 173 hectares, ultrapassando o montante de área de 65 hectares proposta para ação de recuperação da cobertura vegetal. Isso se dá em função da grande extensão do polígono 2, com 114 hectares, que deverá ser refinado durante a elaboração do plano de recuperação da cobertura vegetal. São áreas degradadas em ambientes de extrema sensibilidade, com função primordial de recarga hídrica. Por fim, dos 33 polígonos mapeados, foram selecionados 65 hectares em 22 polígonos para ações de recuperação. Durante a apresentação salientou que a primeira etapa do trabalho foi realizada na Área de Relevante Interesse Ecológico Arie do Bosque, na QL 10 do Lago Sul, no início deste ano, com a recuperação de 4,5 hectares, que recebeu o plantio de cerca de 1.770 mudas de variadas espécies nativas do Cerrado. Disse ainda que o objetivo era a recuperação de cerca de 15 ou 20 hectares até o presente momento, mas a chegada da pandemia do coronavírus, tem dificultado várias etapas de atividades no local. Falou também que foram usados 250 m² de grama para a cobertura da área e 75 grades de proteção para evitar ações de terceiros que possa causar danos a área plantada, além de uma vasta sinalização em toda área recuperada. Junto as mudas foram fixadas estacas para dá sustentação e ajudar na sua proteção e, como adubação verde foi plantada uma muda de feijão guandu juntamente a cada muda, pois ele tem uma associação simbiótica com bactérias fixadoras de nitrogênio do ar no solo e assim produz uma adubação verde e manejo agroecológico nas mudas plantadas, além de oferecer sombra para o seu crescimento. Após a conclusão da apresentação, o Sr. DÁLIO FILHO, membro da Comissão de Gestão da Parceria fez uma interferência perguntando que como foi mostrado uma área com exploração de cascalho, se existe a possibilidade legal de verificar os responsáveis por estes passivos ambientais e cobrar pela recuperação da área. Outra pergunta foi se os técnicos detectaram áreas que devam ser restauradas e não recuperadas, pois tem áreas que as vezes são muito sensíveis que talvez a indicação seja o caso de restaurar e não de recuperar. A terceira pergunta foi sobre um possível uso de formicidas naturais com o uso de fungos onde as formigas levam até os formigueiros e assim eles morrem por causa dos fungos, para evitar o uso de

agrotóxicos, e a quarta pergunta foi sobre o uso de um trator com uma perfuratriz para abrir as covas para o plantio das mudas, uma vez que as covas abertas pela perfuratriz têm uma vitrificação e ficam pequenas e estudo diz que quanto maior a cova maior é a chance do desenvolvimento da muda. Respondendo às perguntas o Coordenador Técnico do projeto RICARDO HAIDAR disse que, sobre os passivos ambientais, é sujeito ter sido o próprio GDF, pela proximidade da barragem, mas que cabe aos órgãos de fiscalização essa afirmação e verificação. Sobre a reconstrução e a recuperação, ambas sugerem a recomposição de um ambiente degradado, as especificidades dependem do objetivo que o projeto pretende alcançar. Na recuperação busca-se recuperar a função da vegetação naquele ambiente, além de evitar a erosão do solo. Sobre formicida natural salientou que são usadas iscas naturais com fungos que as formigas cortadeiras carregam para dentro dos formigueiros. Sobre a perfuratriz, disse que hoje a preocupação maior não é quanto a largura da cova e sim com a profundidade da cova. Complementando a resposta, o Sr. MIGUEL MARINHO, Coordenador Geral do projeto disse que quanto as covas, foram seguidos um tamanho padrão recomendado e adotado pelo IBRAM. Chamando a atenção a Subsecretária MÁRCIA COURA falou que o projeto inicial tinha as limitações de recuperação das cinco áreas degradadas do lago sul, nas APPS, trabalhado neste espaço para justificar a aplicação do recurso, porque o maior volume do recurso teve como origem os termos de ajustamento de condutas pela desocupação da orla por uso indevido. Logo após, falou Sra. MARIA CONSOLACION, do instituto Oca do Sol, que perguntou ao Coordenador Técnico do projeto, Ricardo Haidar, qual seria o tempo de monitoramento da área plantada e quando será a nova data de plantio. Respondendo disse que o projeto é de 12 meses, mas com todo o cenário do Covid 19, deve haver um aditivo de prazo. Sobre o cronograma de plantio, será no início das chuvas, a partir de outubro e novembro/2020. Quando chegar já vão estar na linha de plantio, furando as covas para quando chegar a chuva já está colocando as mudas no chão e terminar o plantio no máximo em janeiro ou fevereiro de 2020. Continuando o Sr. CARCIUS AZEVEDO DOS SANTOS, perguntou ao expositor, qual o gargalo que a Rede Terra identificou que mereceu uma atenção maior em termos de riscos para o êxito do projeto. Em resposta foi dito que o principal gargalo que se pode citar é a questão de monitoramento do plantio, que é vital para o sucesso da recomposição vegetal da área. Completando, o Sr. MIGUEL MARINHO salientou também que pode ser considerado como gargalo o acesso em algumas áreas da orla para que o maquinário e materiais de execução do serviço cheguem até o local. Também como gargalo foi citado a questão das capivaras na orla do Lago. A Sra. MÁRCIA COURA leu a pergunta da LUCIANA GALVÃO, que foi sobre qual o impacto das capivaras quanto ao plantio na área recuperada e qual a espécie de mudas plantadas e quantidade? Para responder o Coordenador Geral do projeto MIGUEL MARINHO, disse que no início foi pensado um plantio mais paisagístico na QI 10, mais adequado para o local, dessa forma foi plantado cerca de 100 mudas de palmeiras, dentre outras, gueroba e jervá, num único dia as capivaras comeram todas as mudas, porém entende que elas fazem parte do ecossistema do lago e é bom saber conviver com

elas. Continuando foi dado a palavra ao Conselheiro Sr. IRACILDE TITAN LIMA E SILVA, que perguntou qual a origem do recurso destinado ao projeto de recuperação da orla do Paranoá. A Sra. MARCIA COURA então respondeu que o recurso veio dos termos de ajustamento de conduta acordados com o Ministério Público pelo uso inadequado da área, quando veio a desocupação da orla. Em seguida falou o Sr. LEONEL GRAÇA, que perguntou sobre a questão do Plano de manejo da Arie do Bosque aprovado pelo IBRAM. Sendo respondido pelo Sr. RICARDO HAIDAR, que disse que foi seguido o plano de manejo da área destinado a recuperação. Continuando a pauta foi relacionado os Impactos da Pandemia do COVID 19 na execução do projeto, que foi discutido em diversas falas e que teve um impacto significativo no projeto, uma vez que estava previsto várias etapas de plantios nestes primeiros meses do ano. A Sra. FLAVIA STELA, responsável legal pelo IRT, disse que neste período, apesar de não estar fazendo o plantio, em observação ao decreto do Governador, a equipe está fazendo a manutenção do plantio que já foi feito. A Sra. Vice-presidente do CAF deu continuidade à reunião indo para o próximo ponto de pauta, que foi a alocação de mais recursos (no limite de 25%, permitido legalmente), com a finalidade de ampliar áreas recuperadas no Lago Sul. Após ponderações a respeito do aditivo financeiro, os conselheiros manifestaram que é importante saber qual é a proposta do IRT para os 25% proposto. E que, no momento garantir maior tempo para o monitoramento da área plantada é uma prioridade para maior êxito do projeto. A Sra. MARCIA COURA perguntou aos Conselheiros se o entendimento de que todos estavam convergindo para o mesmo ponto, que é a aprovação, primeiramente do aditivo de prazo, por mais um ano, para que possa contemplar os próximos períodos chuvosos e conseqüentemente o seu monitoramento. Todos os Conselheiros manifestaram-se favoravelmente ao aditivo de prazo, posto em votação durante a reunião, por entenderem que o tempo de vigência da parceria por 12 meses é exíguo para a execução do objeto do projeto. A respeito do aditivo financeiro, ficou condicionado a apresentação de uma proposta, por parte do Instituto Rede Terra perante o CAF, para avaliação no Conselho. Nada mais havendo a tratar a Vice-Presidente Sra. MÁRCIA FERNANDES COURA agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Sendo assim, eu ADEMAR LEAL SOARES, Coordenador de Colegiados e Fundos, lavrei a presente Ata.